

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. DIEGO GARCIA)

Solicita ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania informações sobre a continuação e manutenção de programas, ações e afins após a extinção da Secretaria Nacional da Família.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, §2º da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, informações acerca da manutenção de programas, ações e afins após a extinção da Secretaria Nacional da Família.

1. Qual será a Secretaria responsável por promover as articulações federativas com estados e municípios no campo da temática de políticas públicas familiares?
2. Quem serão os responsáveis e como se dará a manutenção dos acordos de cooperação técnica, termo de colaboração, termo de fomento, termo de execução descentralizada, termo de colaboração, termo de convênio do:
 - 2.1. Projeto-Piloto Famílias Fortes
 - 2.2. Projeto Reconecte
 - 2.3. Projeto-Piloto Família na Escola
 - 2.4. Projeto Acolha a Vida
 - 2.5. Observatório Nacional da Família
3. Os programas e projetos citados serão mantidos com financiamento público? Se sim, de qual (is) fonte(s) orçamentária(s)?
4. Quais são os contratos, convênios e acordos de cooperação realizados pela Secretaria Nacional da Família que estão em execução? Qual é o prazo de finalização de cada um deles? Quais deles serão mantidos?



5. Há previsão de renovação de parcerias ou de ampliação da rede de cuidados atualmente existente?
6. Em caso de descontinuidade dessas políticas públicas familiares, qual o plano de transição de modelo proposto por este Ministério?

JUSTIFICATIVA

Diante do investimento em políticas públicas familiares, realizadas pela Secretaria Nacional da Família, pertencente a este Ministério nos últimos quatro anos, gostaria de obter informações sobre a manutenção e continuação de programas, ações, contratos, termos, etc, os quais estavam no escopo da Secretaria já citada e ainda estão fase de execução.

Sabemos da importância do bom uso do dinheiro público, mais ainda: no cuidado que se deve ter para evitar desperdício de verbas já aplicadas. É preciso ter um trabalho atencioso para que, durante trocas de governo, vários projetos com alta capacidade de impacto social não sejam abandonados.

Além disso, vale ressaltar a relevância das políticas públicas familiares, que tem crescido no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Só em 2021, o Governo Federal previu 36 bilhões de reais em políticas para a primeira infância.

Investir nas famílias traz grandes retornos à sociedade no curto e longo prazo, como, por exemplo, a diminuição da criminalidade e da evasão escolar e a melhora do desempenho acadêmico e profissional. Empregar dinheiro público em políticas públicas familiares reduz gastos em outras áreas públicas como assistência social, justiça penal, entre outros.

Neste intuito, solicitamos as informações acima, para que seja amplo o conhecimento de como se darão os projetos e programas já investidos.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DIEGO GARCIA

